

O Enquadramento Noticioso da Violência na Imprensa de Cuiabá¹

Maria de Fátima P. LESSA²
Ivone Maria Ferreira da SILVA³

Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, MT

RESUMO

Este artigo faz uma reflexão da cobertura jornalística sobre violência urbana, veiculada pela mídia impressa de Cuiabá (MT). Tomando por base a teoria do enquadramento, instrumento de análise do conteúdo midiático, objetiva-se verificar como os temas são debatidos, que aspectos da violência são apresentados a sociedade e aos que têm poder de decisão. O estudo analisa notícias veiculadas no período de março a dezembro de 2016.

Palavras-Chave: mídia; enquadramento; violência; Cuiabá (MT).

Introdução

Estudos do Instituto de Pesquisa Aplicada (Ipea) e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), de 2016, informam que o número de homicídios cresceu 55,9% e Mato Grosso ocupa o 7º lugar em número de homicídios no país. De acordo o levantamento, 1.352 pessoas foram mortas no ano de 2014, isso significa um índice de 41,9% de mortes a mais, se comparado com o ano anterior, 2013. O número representa o maior registro desde 2004, quando as medições começaram a ser realizadas. A variação da taxa de homicídios em 10 anos foi de 33,4% a cada 100 mil habitantes⁴.

¹Trabalho apresentado no DT 1 – Jornalismo do XIX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste, realizado de 12 a 14 de junho de 2017.

² Mestranda em Política Social pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), bolsista da Capes. Email: fatimalessa5@hotmail.com

³Professora Drª. do Deptº de Serviço Social e Mestrado em Política Social UFMT/Instituto Ciências Humanas e Sociais (ICHS), UFMT. Orientadora no projeto de mestrado. Email: ivone.ferreira@terra.com.br

⁴Os dados constam em documento disponibilizado em:

Em agosto, Estudo sobre Violência da Faculdade Latino-Americano de Ciências Sociais (Flacso) Mato Grosso ocupava o 11º lugar com mais morte causadas por arma de fogo⁵.

Segundo a Secretaria de Segurança Pública, entre janeiro e novembro de 2016, os casos de latrocínio aumentaram 40% em Cuiabá e em Várzea Grande, em comparação ao mesmo período de 2015⁶.

Diante dos dados, o presente artigo traz como questão central a notícia sobre violência na mídia local, categorias que levamos em consideração em nosso objeto de estudo de Mestrado em Política Social. Pretende-se analisar como acontece o enquadramento noticioso sobre violência, criminalidade e segurança, na mídia local, e perceber como esses temas são debatidos por esses dois diários, assim como verificar quais aspectos da violência são apresentados à sociedade, aos que têm poder de decisão e os formadores de opinião.

Para a materialização da pesquisa, recorreremos às fontes bibliográficas e documentais que nos forneceram informações sobre o objeto. Dessa forma, analisamos notícias veiculadas nos jornais locais - dois diários, “*A Gazeta*” e “*Diário de Cuiabá*” - no período de março a dezembro de 2016, notadamente as que tratam do cotidiano, na parte relativa às notícias policiais. A escolha dos jornais obedeceu a dois critérios: periodicidade (diária) e o fato de reservarem um espaço expressivo ao noticiário sobre violência, em comparação a outros nichos temáticos, como educação, saúde, habitação ou a luta de trabalhadores, por exemplo.

No total, foram coletadas 254 notícias policiais, sendo 120 em “*A Gazeta*” e 134 no “*Diário de Cuiabá*”. A definição dos dias foi aleatória: cinco da primeira semana de março, e seis dias de cada um dos meses previamente escolhidos, abril, junho, agosto, setembro e dezembro. Assim, depois da definição dos dias e edições a serem pesquisados, foi realizada uma leitura prévia de todos os noticiários. Em seguida, foi feita uma busca pelos assuntos mais recorrentes e relacionados à criminalidade, cujo desfecho são as delegacias de polícia. No final, resultaram nove itens: roubos, homicídio, contrabando, latrocínio, violência doméstica, estupro, drogas, acidente de

http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/160405_nt_17_atlas_da_violencia_2016_finalizado.pdf. Acessado em: 19/04/2017.

⁵Disponível em <http://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/2016/08/mato-grosso-e-o-11-do-pais-em-mortes-por-arma-de-fogo-diz-estudo.html> Acessado em: abril de 2017.

⁶Dados disponibilizados em: [http://www.seguranca.mt.gov.br/UserFiles/File/ASSCOM/GRFICOS%20CB%20E%20VG%20\(30\)%202%20-%20JANEIRO.pdf](http://www.seguranca.mt.gov.br/UserFiles/File/ASSCOM/GRFICOS%20CB%20E%20VG%20(30)%202%20-%20JANEIRO.pdf). Acessado em 19/04/2017

trânsito, com vítima fatal ou não, coluna de notas. Ao final, o universo escolhido correspondeu a 35 dias ou 19% de todos os dias do período definido.

O assunto segurança pública não foi relacionado dentro desse quesito, porque ora ele é trabalhado na editoria de polícia, ora em assuntos gerais, optando por relacioná-lo nos assuntos gerais.

Na construção do questionário de análise dos textos estudados, foram postos os principais elementos e variáveis que se desejava medir. Com apoio de estudos já realizados - dentre eles o da Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI), em 2001, foi possível elaborar um questionário que atendesse aos objetivos da pesquisa, permitindo o detalhamento das notícias e facilitando a interpretação pela pesquisadora. Foram analisados: frequência dos crimes mencionados acima, sua contextualização, o emprego de qualificativos em relação aos acusados, qualidades e caracterização dos personagens (bandido, ladrão, homicida, estuprador etc.), a escolha de palavras (se há ou não comprometimento com juízos de valor: bom/mau, certo errado), as fontes quem fala no jornalismo policial, relevância e fundamento dos fatos noticiados, o espaço ocupado (o destaque diário na página de polícia) e a página (par ou ímpar).

Para a análise das notícias, foi utilizada a teoria do enquadramento, instrumento de análise midiática. É uma investigação de cunho quantitativo. O estudo justifica-se pela escassez de produções sobre o assunto na mídia regional. Dessa forma, será estruturado de modo a, num primeiro momento, realizar algumas considerações das notícias sobre a violência pelo jornalismo impresso e sobre o enquadramento noticioso. Para, em seguida, analisar os elementos constitutivos das notícias privilegiadas.

Especialistas entendem que um estudo que se propões a analisar a mídia através do enquadramento das notícias não pode limitar-se a observar apenas o que foi dito - nessa perspectiva, segundo eles, as notícias utilizam de palavras, adjetivos e ilustrações que favorecem o direcionamento, de acordo com interesses da empresa - mas, também pelo do que não foi dito. Segundo Scheufele (1999, p. 215 apud PORTO, 2002, p. 5), “a mídia constrói a realidade social através do enquadramento de imagens da realidade”.

Não é pretensão contemplar, com isso, a totalidade da investigação, mas, sobretudo, refletir uma preocupação do ponto de vista científico, no sentido de se buscar uma explicação, repensando e voltando atrás na história do jornalismo policial. O estudo está em fase de conclusão.

O jornalismo impresso e as notícias apelativas

A visão superdimensionada da insegurança e do aumento da criminalidade, constatada nas notícias jornalísticas, funciona, segundo o pesquisador Wilson Couto Borges (2009, p. 15), como “estratégias de controle social e de segurança dirigidas contra as classes populares, moradores de favelas e de periferias, através de campanhas de lei e ordem, legitimadas por processos de ideologização articuladas a partir de veículos de comunicação de massa”. Já conforme a professora Moretzsohn (2000, p. 13), as notícias apelativas, na maioria das vezes criadas, tendem a naturalizar a violência.

De maneira fragmentada, distribuídas em várias editoriais, as narrativas jornalísticas sobre violência criminal direcionam o leitor a aceitar os fatos sob a ótica do jornal. Moretzsohn (2000, p.11) entende que “delimitando-se redutoramente a área de significado desse termo (violência), a imprensa passa a explorá-lo politicamente, contribuindo para a formação de uma opinião favorável a políticas repressivas”.

Nesse processo, Alberto Silva Franco (2000, p.63) apud Moretzsohn (2000, p.11) aponta que o destinatário dessa situação que é criada “é o direito penal, que deixa de ser o garante dos bens jurídicos mais relevantes da sociedade para torna-se um direito de eficácia simbólica: um direito que responde aos medos sociais”.

A imprensa de Mato Grosso segue o padrão convencional e aos moldes da chamada grande imprensa, apresenta o noticiário por editoriais de política, cotidiano ou cidades, economia, esporte, caderno de variedades e os classificados, e uma página ou duas para as notícias sobre violência. Mas, a questão não consiste apenas na fragmentação dos assuntos e de maneira individualizada, na maioria dos casos, diz o professor Lage (1988). Segundo ele, o problema é a construção recheada de figuras de linguagem e a opinião acentuando alguns aspectos em detrimento do todo. O professor destaca que “nem mesmo o público mais instruído é capaz de perceber o jogo de interesse por detrás das notícias”:

A retórica metonímica do Jornalismo - seu viés de apresentar o todo pelas partes ou as versões pelos fatos - faz o receptor concluir pela generalização do particular, mesmo que os repórteres não façam isso. E com frequência fazem, por entusiasmo ou deformação profissional. (LAGE, 1988, p. 210).

Com relação à imprensa mato-grossense, os dados pesquisados revelam tendência à uniformidade das notícias veiculadas e acentua as temáticas dicotômicas: segurança/criminalidade. O uso de palavras adjetivadas de profissões, para caracterizar “culpadas” por crimes, é reproduzido diariamente. Conforme Glassner (2003, p.13), a

repetição exaustiva vai consolidando uma lógica que termina por se transformar uma realidade ou uma “verdade acreditada” (LIMA T, 2011, p.7). Nesse sentido, foi possível constatar, nos dois jornais estudados, notícias com título direcionando a interpretação e cujas fontes de informação foram unicamente a polícia:

Mãe de traficante é morta (*Diário de Cuiabá*, 3/03/ 2016, p.4b); Mês de fevereiro é o mais violento em 10 anos (*A Gazeta*, março 3/03/2016, p. 6B); Grupo de extermínio: mais um crime atribuído a bando (*A Gazeta*); Momentos de terror: arrastão em ônibus (*A Gazeta*); Usuário de drogas é executado a tiro (*Diário de Cuiabá*).

Cumprir referir que isso não acontece por acaso e não cabe tentar justificar que sejam situações eventuais, visto fazer parte da rotina do repórter setorial fazer sua primeira ligação com o mundo da informação antes de sair para rua, para o plantão policial e saber das ocorrências da noite. As notícias são construídas a partir dos Boletins de Ocorrências (BOs), documentos confeccionados pelos policiais militares. O repórter transcreve os acontecimentos como se estivesse na cena do ocorrido. Ele faz suas as palavras dos agentes policiais. Aliás, uma das características das notícias policiais, na maioria das vezes, é ser unilateral: “Essa unilateralidade estar a um passo da falsidade absoluta do noticiário” (LAGE, 1988, p.210).

O estudo “Balas Perdidas - Um olhar sobre o comportamento da imprensa brasileira quando a criança e o adolescente estão na pauta da Violência”, encomendado pela ANDI, constatou que a maioria esmagadora das reportagens analisadas – 80% – é construída a partir dos Boletins de Ocorrência das delegacias, sem preocupação, de ouvir familiares das vítimas, os suspeitos e agressores. Diz o estudo:

As reportagens são (...) construídas com o que os jornalistas têm facilmente à mão. Tanto assim que a maioria se atem aos fatos imediatos do crime, entrevistando preferencialmente a polícia (25,7%), os familiares das vítimas (11%), os suspeitos/agressores (7,8%) e as testemunhas do fato (6,2%). O “especialista” no tema central da reportagem também é invocado com alguma constância (7,2%). Quase nunca ele aparece em um contexto de debate à procura das causas e soluções, mas sim para dar um mero verniz de sofisticação à notícia crua. (ANDI, p. 17).

Apesar de o estudo da ANDI, já mencionado, focar em notícias relacionadas à infância e adolescência, ela serve de parâmetro para as análises relacionadas à cobertura jornalística, quando o tema é violência e criminalidade. De acordo com o estudo, os casos de violência estampados nos jornais “não têm por objetivo retratar o fenômeno da interface violência/adolescência” (ANDI, p. 10).

A violência, segundo os autores, nunca é vista como uma questão social, ela é relatada simplesmente como acasos, sem uma história anterior. As notícias não oportunizam um avanço rumo às soluções:

Quando muito, descreve suas causas pela “razão da delegacia” e a “boca do delegado”, as duas grandes fontes de informação dos jornalistas. Comparativamente, as reportagens de política e economia expõem as boas e as más intenções dos governantes e promovem correções não raro radicais. A Violência envolvendo crianças e adolescentes, nessa mesma imprensa, em geral esgota-se como se fosse um caso de polícia. Assim, ao exercer a profissão, o jornalista reproduz a velha prática de tratar o fenômeno a partir do fato violento em si, desconsiderando as causas e o contexto. O quadro tende a ser mais problemático nas redações que mantêm a figura do repórter policial ou nas chamadas editoriais de polícia. Normalmente, esses profissionais dependem muito de fontes policiais, já que consideram central para seu trabalho os furos de reportagem. (ANDI, p. 10).

O estudo conclui que se as informações são repassadas por agentes policiais, “as razões dos crimes serão apontadas pelo próprio agente policial, sem que haja qualquer investigação sobre o antes do ocorrido”. A quantidade de reportagens “descritivas” e oferecidas cotidianamente ao leitor mostra parcialmente as informações. Na ânsia de furos, os profissionais, muitas vezes, associam a violência ao seu aspecto criminal, à falta do pulso firme do Estado para lidar com esses “seres”. Seres que sempre são tratados como se fossem coisas (CHAUI, 1998 apud MORETZSOHN, 2011, p. 11).

No período pesquisado verificou-se que, as notícias são fragmentadas, de modo que pareçam situações geradas pelo acaso, como fatalidades. No dia 21 de março de 2016, quando foi divulgado o Mapa da Violência dos dez anos de acompanhamento sobre o tema no país, aconteceram situações iguais às reveladas no relatório, como tal a notícia sobre o assassinato do dono de uma rede de supermercados. A notícia foi destaque nos jornais, mas de maneira individualizada:

O fundador das redes de supermercados (...) foi assassinado na noite desta segunda-feira (22) em frente à casa da ex-mulher, (...)por três homens que teriam chegado em um Volkswagen Gol e, **sem nada dizer, dispararam várias vezes, atingindo a vítima na cabeça e no peito. O provável mandante seria um traficante** (que também tem condenações e responde a inquéritos por roubo e homicídio) membro da facção Comando Vermelho e cujo nome não foi revelado pela delegada (...) (DIÁRIO DE CUIABÁ, Nº 14.447, 23/03/2016, negritos por conta da autora).

O ato criminoso não foi relacionado a outras questões, como a falta de segurança. A notícia foi dada como se estivesse solta no espaço, sem ligação com outras questões sociais. Conforme a professora Moretzsohn (2000) quando o jornal joga um amontado de informações de maneira fragmentada, divididas por editoriais, ele trabalha com a

lógica de desorganizar a realidade e ocultar sua totalidade à sociedade, esquecendo que, “como suporte da democracia, tem o papel de informar”. Segundo a professora, divididas por editorias, as notícias juntas, provocam uma representação, ao mesmo tempo hegemônica e pervertida, gerando, conseqüentemente, a “invisibilidade”, ditando a sentença para quem deve viver e morrer, quem deve ser enaltecido e quem deve ser execrado. Para o leitor, a fragmentação dos acontecimentos, na maioria das vezes, nem é percebida e que tem por estratégia transformá-los em “problemas concretos”.

Cumprir referir que os acontecimentos apresentados nos noticiários de maneira seletiva, fragmentada, descontextualizados, reordenados contrários quanto a sua relevância, seu papel e seu significado e, na maioria das vezes, onde partes reais são substituídas por versões opinativas sobre essa mesma realidade, expressam interesses que vão além da mera informação, para converter-se em aríete, para alcance de objetivos de poder. Especificamente, uma espécie de rede que, a despeito das várias formas que adquire, é sempre lançada para aprisionar mentes e corações e servir à construção do medo social ou do medo coletivo.

O enquadramento noticioso

Até os anos 1980, os estudos que se propunham criticar o papel político da mídia eram limitados ao tradicional enfoque da falta de objetividade e de imparcialidade. Aos poucos, segundo Robert Hackett (1993, p. 128 apud PORTO, 2002, p. 2) os conceitos de parcialidade e objetividade e suas noções afins (desequilíbrio, distorção, deturpação) entraram em declínio e já não respondiam aos questionamentos, sendo considerado “um paradigma em declínio”. “Embora estes paradigmas mantenham seu valor normativo e empírico a investigação do papel da mídia precisa avançar”, opina.

Segundo Hackett (1993, p.120-122, apud PORTO, 2002, p. 2),

[...] o conteúdo da mídia pode desempenhar um papel político e ideológico importante não apenas quando existe ou falta "objetividade" e/ou "imparcialidade", mas também quando este conteúdo é produzido a partir de uma matriz ideológica limitada.

Gitlin (1980, apud Porto 2004, p. 6) apresentou a definição mais clara e sistemática do conceito de enquadramento. Para o pesquisador, os enquadramentos midiático organizam o mundo tanto para os jornalistas que escrevem relatos sobre ele, como também, em um grau importante, para nós que recorremos às suas notícias.

Enquadramentos da mídia são padrões persistentes de cognição, interpretação e apresentação, de seleção, ênfase e exclusão, através dos quais os manipuladores de símbolos organizam o discurso, seja verbal ou visual, de forma rotineira, (GITLIN, 1980, p. 7 apud PORTO itálicos no original; tradução do autor).

Conforme Porto (2002 p.7), quando Entman (1994) fez uma revisão sistemática sobre os enquadramentos da mídia, ele expôs uma definição do conceito que resume seus principais aspectos.

O enquadramento envolve essencialmente *seleção e saliência*. Enquadrar significa *selecionar alguns aspectos de uma realidade percebida e fazê-los mais salientes em um texto comunicativo, de forma a promover uma definição particular do problema, uma interpretação causal, uma avaliação moral e/ou uma recomendação de tratamento* para o item descrito. (ENTMAN 1994, p. 294, itálicos no original; tradução do autor).

Porto (2002, p. 15) entende que enquadramentos noticiosos são padrões de “apresentação, seleção e ênfase, utilizados por jornalistas para organizar seus relatos”:

[...] no jargão dos jornalistas, este seria o "ângulo da notícia", o ponto de vista adotado pelo texto noticioso que destaca certos elementos de uma realidade em detrimento de outros. Nesta categoria estão, por exemplo, o "enquadramento de interesse humano", que focaliza a cobertura em indivíduos, ou o "enquadramento episódico", com sua ênfase em eventos.

Ele propõe também que sejam distinguidos dois tipos principais de enquadramento: os noticiosos e os interpretativos. Segundo ele, uma diferença entre os dois tipos de enquadramento se refere à sua fonte. Os enquadramentos noticiosos “são criados por jornalistas” e os interpretativos “são elaborados por atores políticos e sociais”, opina ele.

Jornalistas tendem a apresentar seus próprios enquadramentos interpretativos em colunas de opinião ou matérias de cunho analítico. Entretanto, as normas da objetividade e da imparcialidade tendem a inibir a apresentação de interpretações no noticiário pelos jornalistas (PORTO, 2002, p. 16).

Considerações Finais

A partir do exposto no presente artigo, podemos apresentar alguns resultados do estudo em andamento. Os dois jornais pesquisados assumem claramente uma posição de destacando as notícias sobre violência. Ao contrário da grande imprensa, os jornais de Cuiabá ainda mantêm uma editoria de polícia com repórter setorialista.

Os 254 textos analisados estavam relacionados à criminalidade factual (roubos, homicídio, contrabando, latrocínio, violência doméstica, estupro, drogas, acidente de trânsito com vítima fatal, ou não). A maioria (90%) teve como fonte os boletins de

ocorrências (BOs), policiais, as falas dos delegados, agentes ou escrivão (ã), mas simplesmente relatam os fatos sem contextualização e a partir da ótica do poder público.

Não foi percebida no noticiário a contextualização dos acontecimentos, dos personagens e sobre os atos criminais. As polícias militar e civil representam 80% das fontes. A militar é, na maioria do noticiário, protagonista do acontecimento. Não existem diferenças marcantes nos textos dos dois jornais: as mesmas fontes e o mesmo enfoque. A quantidade de notícias é similar no período estudado.

O crime mais noticiado no dia-a-dia do período estudado foi o homicídio e latrocínios seguidos por de assaltos, estupro e roubo de carro. Embora a criminalidade seja crescente em Mato Grosso, a exemplo do que acontece em outras unidades federativas, a maioria das notícias inicia destacando os altos índices de crimes, e perdem por não ampliar o debate, ouvindo especialistas e a sociedade sobre políticas públicas para o setor.

Os primeiros dados nos apontam também que a cobertura do setor é totalmente dependente das fontes oficiais e são notícias factuais, produzidas a partir de boletins de ocorrências, retratando histórias individuais, descontextualizadas, sem opiniões contraditórias. Os espaços desse tipo notícias são prioritários, eles ocupam uma página igual ao espaço destinado a assuntos ligados à educação, saúde, habitação, por exemplo, que ficam misturadas, e, na maioria das vezes, só merecem destaques quando envolvem escândalos. Os primeiros resultados nos permitiram ainda perceber como os fatos são construídos, reiterando-se estereótipos e preconceitos, às vezes de maneira muito sutis, como estratégia que reforçam o senso comum, moldado pelos meios de comunicação. Constatou-se que as notícias usam, quase sempre, os mesmos “adjetivos” policiais, ao fazer referência aos envolvidos, presos ou detidos para verificações, quando descrevem as ocorrências: bandido, delinquente, assassino, esturador, drogado.

Diante disso, outro elemento relevante a considerar-se, com base nos dados levantados, é que a divulgação das notícias sobre violências criminais lembram as propagandas que visam vender um produto, uma ideia. Propaganda, aqui entendida como uma estratégia de persuasão para influenciar as emoções, atitudes, opiniões ou ações do público alvo. Segundo Nelson (1996, p. 38) a propaganda pode ser definida como forma sistemática de persuadir, visando influenciar as emoções, atitudes, opiniões e ações de público-alvo, através da transmissão controlada de informação parcial (que pode ou não ser factual) através de canais diretos e de mídia.

Trazendo para o nosso estudo, cumpre observar que, a partir do momento em que a notícia sobre uma violência criminal é veiculada simultaneamente nos jornais impressos, nos *sites*, nos programas noticiosos de TV e rádio, numa espécie de *boom* e de maneira descontextualizada, age como se seguisse uma orientação, qual seja, a de desviar a atenção sobre o verdadeiro inimigo. Elas funcionam como “produzissem palavras de ordem implícitas: como você não está odiando o criminoso?” ou “como você não está interessado e informado desse assunto” (GUÉRON, 2009, p. 463).

Referências bibliográficas

BORGES, Wilson Couto. **Narrativas Jornalísticas como produção material da cultura: A presença do imaginário na construção ideológica em torno da criminalidade.** Tese (doutorado em Comunicação Social) – UFF, Niterói, Dezembro 2009.

GLASSNER, Barry. **Cultura do Medo.** São Paulo: Francis, 2003.

GUÉRON, R. O ódio e o medo como dispositivo de controle. In: FIRMINO, Rodrigo; BRUNO, Fernanda; KANASHIRO, Marta (Org.). **Vigilância, Segurança e Controle Social na América Latina,** Curitiba, p. 454-465. Disponível em:

<[file:///D:/Google%20Drive/Downloads/ssscla-2687%20\(2\).pdf](file:///D:/Google%20Drive/Downloads/ssscla-2687%20(2).pdf)> Acessado em 10/12/2016.

LAGE, N. L. **Controle da Opinião Pública** – um ensaio sobre a verdade conveniente. São Paulo: Vozes, 1988.

LIMA, Tatiane. **O Medo e a Mídia: a Equação Perigosa da Segurança Pública do Rio de Janeiro.** Intercom - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XVI Congresso de Ciências na Região Sudeste. São Paulo/SP. 12 a 14 de maio de 2011. Disponível em

<http://www.academia.edu/5280754/O_Medo_e_a_M%C3%ADdia_a_Equa%C3%A7%C3%A3o_Perigosa_da_Seguran%C3%A7a_P%C3%ABblica_do_Rio_de_Janeiro>. Acessado em 19/04/2017.

LIMA, V. A. **Mídia: teoria e política.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

MORETSZONHN, Sylvia. **Imprensa e criminologia.** O papel do jornalismo nas políticas de exclusão social. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/moretzsohn-sylvia-imprensacriminologia.pdf>. Acessado em: maio de 2016,

NELSON, Richard Alan Nelson. **A Chronology and Glossary of Propaganda in the United States,** 1996. Disponível em:

<https://books.google.com.br/books?id=TY_FBgAAQBAJ&pg=PA38&lpg=PA38&dq=Richard+Alan+Nelson,+A+Chronology+and+Glossary+of+Propaganda+in+the+United+States,+1996&source=bl&ots=v3XBQIZdRN&sig=VFJEtcWL_IU6eYRkq_55FJUPERY&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwiF1pe0seXTAhWME5AKHcaRA9wQ6AEIVTAI#v=onepage&q=Richard%20Alan%20Nelson%2C%20A%20Chronology%20and%20Glossary%20of%20Propaganda%20in%20the%20United%20States%2C%201996&f=false>. Acessado em 10 mai 2017

PORTO, Mauro P. **Enquadramentos da Mídia e Política.** Trabalho apresentado ao XXVI Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais-ANPOCS, Caxambu/MG, 22 a 26 de outubro de 2002. Disponível em:<

<http://docplayer.com.br/17281064-Enquadramentos-da-midia-e-politica.html>>. Acessado em 22/04/2017.

QUIVY, Raymond, CAMPENHOUDT, LucVan. **Manual de investigação em Ciências Sociais**, Trajectos. Trad. João Minhoto Marques, Maria Amália Marques e Maria Carvalho. São Paulo: Gradiva, 2. ed. 281p. Disponível em <https://pt.scribd.com/doc/37937019/Quivy-e-Campenhoudt-Manual-de-Investigacao-emCiencias-Sociais>.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**. Por que as notícias são como são?. vol.1 Florianópolis: Insular, 2. ed. 2005. 224p.